

Formação inicial e continuada dos orientadores educacionais: desafios e perspectivas
Initial and continuing training of educational guides: challenges and perspectives

Daniela Laender CALDEIRA¹

Resumo: No início do novo milênio, a formação de orientadores educacionais passou por uma reestruturação, não sendo mais oferecida como habilitação no curso de pedagogia, mas como pós-graduação, *Latu Sensu*. Diante do novo formato é importante e necessário avaliar o impacto dessas mudanças na formação e práxis desse profissional nas escolas. Como a formação inicial e continuada tem impactado na prática do orientador educacional nas escolas? O artigo decorre das discussões realizadas no GEIPB - Grupo de Estudos Interdisciplinares na Perspectiva Bioecológica, da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília e teve como objetivo principal analisar e discutir os principais desafios e perspectivas na formação de orientadores educacionais no cenário atual, após a reestruturação da formação inicial desse profissional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, tendo como percurso teórico-metodológico a Teoria da Pedagogia Histórico-crítica de Demerval Saviani (1980); bem como os achados de Adorno (1995); no que diz respeito a crise do processo formativo e educacional; Grispun (2015); Pimenta (1991); e Mészáros (2005). Espera-se contribuir com a discussão sobre a temática no contexto atual. A partir das reflexões e análises realizadas, os resultados preliminares da pesquisa indicam que os participantes reconhecem a importância da formação continuada para a melhoria da sua prática pedagógica, mas apontam que isso está atrelado a alguns desafios: tempo, custo, curso voltado para a atuação dos orientadores educacionais. A análise dos dados evidenciou que os desafios são muitos e há a necessidade de políticas públicas eficazes para a formação continuada em seus múltiplos aspectos, por meio de novas práticas metodológicas e tecnológicas, além de maior investimento na formação desses profissionais tanto na rede pública de ensino, como na rede privada. A contribuição desse estudo é de grande relevância para as discussões sobre formação inicial e continuada dos orientadores, bem como se pensar em temáticas que possam auxiliar na formação desses profissionais, por meio de uma política de valorização e investimento, além da possibilidade da realização de mais pesquisas na área.

Palavras-chave: Formação inicial; Formação continuada; Orientação educacional.

INITIAL AND CONTINUING TRAINING OF EDUCATIONAL GUIDES: challenges and perspectives

Abstract: At the beginning of the new millennium, the training of educational counselors underwent a restructuring, no longer being offered as a qualification in the pedagogy course, but as a postgraduate course, *Latu Sensu*. Given the new format, it is important and necessary to evaluate the impact of these changes on the training and practice of this professional in schools. How has initial and continuing education impacted the practice of educational counselors in schools? The article arises from discussions held at GEIPB - Interdisciplinary Studies Group in the Bioecological Perspective, of the Faculty of Education, of the University of Brasília and its main objective was to analyze and discuss the main challenges and perspectives in the training of educational counselors in the current scenario, after the restructuring of the initial training of this professional. To this end, a qualitative, exploratory and descriptive research was carried out, using as a theoretical-methodological path the Theory of Historical-Critical Pedagogy by Demerval Saviani (1980); as well as the findings of Adorno (1995), regarding the

¹ Secretaria de Educação do Distrito Federal e Centro Universitário de Brasília, Brasil, danielalcaldeira@gmail.com

crisis of the formative and educational process; Grispun (2015); Pimenta (1991); and Mészáros (2005). The aim is to contribute to the discussion on the topic in the current context. Based on the reflections and analyses carried out, the preliminary results of the research indicate that the participants recognize the importance of continuing education for improving their pedagogical practice but point out that this is linked to some challenges: time, cost, and a course aimed at the work of educational counselors. The analysis of the data showed that there are many challenges and that there is a need for effective public policies for continuing education in its multiple aspects, through new methodological and technological practices, in addition to greater investment in the training of these professionals in both the public and private education systems. The contribution of this study is of great relevance for discussions on the initial and continuing education of counselors, as well as for thinking about themes that can help in the training of these professionals, through a policy of appreciation and investment, in addition to the possibility of carrying out more research in the area.

Keywords: Initial training; Continuing training; Educational guidance.

FORMACIÓN INICIAL Y CONTINUA DE ASESORES EDUCATIVOS: desafíos y perspectivas

Resumen: A principios del nuevo milenio, la formación de los orientadores educativos sufrió una reestructuración, ofreciéndose ya no como una calificación en el curso de pedagogía, sino como un posgrado, *Latu Sensu*. Ante el nuevo formato, es importante y necesario evaluar el impacto de estos cambios en la formación y praxis de estos profesionales en las escuelas. ¿Cómo ha impactado la formación inicial y continua en la práctica de los orientadores educativos en las escuelas? El artículo surge de discusiones realizadas en el GEIPB - Grupo de Estudios Interdisciplinarios en Perspectiva Bioecológica, de la Facultad de Educación de la Universidad de Brasília y tuvo como principal objetivo analizar y discutir los principales desafíos y perspectivas en la formación de asesores educativos en el actual escenario, tras la reestructuración de la formación inicial de este profesional. Para ello se realizó una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, tomando como camino teórico-metodológico la Teoría de la Pedagogía Histórico-Crítica de Demerval Saviani (1980); así como los hallazgos de Adorno (1995); respecto de la crisis del proceso formativo y educativo; Grispun (2015); Pimenta (1991); y Mészáros (2005). Se espera contribuir a la discusión sobre el tema en el contexto actual. A partir de las reflexiones y análisis realizados, los resultados preliminares de la investigación indican que los participantes reconocen la importancia de la formación continua para mejorar su práctica pedagógica, pero señalan que esto está vinculado a algunos desafíos: tiempo, costo, curso enfocado al desempeño de consejeros educativos. El análisis de los datos mostró que los desafíos son muchos y se necesitan políticas públicas efectivas para la formación continua en sus múltiples vertientes, a través de nuevas prácticas metodológicas y tecnológicas, además de una mayor inversión en la formación de estos profesionales tanto en la red de educación pública, como en la red privada. El aporte de este estudio es de gran relevancia para las discusiones sobre la formación inicial y continua de asesores, así como para pensar en temas que puedan ayudar en la formación de estos profesionales, a través de una política de valorización e inversión, además de la posibilidad de realizar más investigaciones en el área.

Palabras clave: Formación inicial; Formación continua; Orientación educativa.

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000, a formação de orientadores educacionais passou por uma reestruturação, não sendo mais oferecida como habilitação no curso de pedagogia, mas como

pós-graduação, *Latu Sensu*. Diante do novo formato é importante e necessário avaliar o impacto dessa formação para a práxis desse profissional nas escolas.

O presente trabalho é o resultado das discussões do Grupo de Estudos Interdisciplinares na Perspectiva Bioecológica – GEIPB, da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com a utilização de entrevistas semiestruturadas com orientadores educacionais de diversos níveis e modalidades de ensino e regiões do Brasil, sobre os desafios e as perspectivas da formação inicial e continuada do orientador educacional.

A importância desse estudo perpassa na formação inicial e continuada do orientador educacional, bem como nos desafios e perspectivas relacionados à sua atuação profissional. Dessa forma foi importante pensar sobre como a formação inicial e continuada tem impactado na prática do orientador educacional.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar e discutir os principais desafios e perspectivas na formação de orientadores educacionais no cenário atual, após a reestruturação da formação desse profissional.

Considerando-se a extensão do objetivo geral, ele foi elencado em objetivos específicos explicitados a seguir:

- Identificar os principais desafios enfrentados pelos Orientadores educacionais na formação inicial e continuada e como esses desafios afetam sua práxis.
- Analisar as perspectivas dos orientadores em relação à formação continuada e como elas influenciam sua abordagem na escola.
- Explorar as necessidades de desenvolvimento profissional dos orientadores educacionais e como a formação continuada pode atender a essas necessidades.
- Propor recomendações para aprimorar os programas de formação continuada, levando em consideração os desafios e perspectivas identificados.

2 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

2.1 Breve história da orientação educacional

A orientação educacional tem suas raízes no final do século XIX e início do século XX, um período marcado por profundas transformações sociais e econômicas, impulsionadas pela Revolução Industrial. A urbanização crescente e a mudança de um sistema econômico agrário para um sistema industrial criaram demandas por habilidades e profissões, levando à necessidade de “guiar” os indivíduos na escolha de suas carreiras. Nos Estados Unidos, Frank Parsons, frequentemente referido como o "pai da orientação vocacional", foi uma figura central nesse movimento.

Em 1908, Parsons fundou o primeiro serviço de orientação vocacional em Boston, com o objetivo de ajudar os jovens a fazer escolhas profissionais, levando em consideração suas habilidades, interesses e as exigências do mundo do trabalho.

Pimenta (1991) apresenta a evolução histórica da orientação educacional ao longo do século XX. A orientação educacional expandiu-se e tornou-se mais estruturada, especialmente com a crescente preocupação com o sucesso escolar e a adaptação dos estudantes ao ambiente acadêmico. Durante a década de 1920, o movimento de orientação se consolidou em diversas partes do mundo, com a criação de programas de orientação nas escolas secundárias e a formação de conselheiros especializados. Na Europa, países como a França e o Reino Unido também começaram a adotar práticas de orientação vocacional, refletindo a influência do modelo americano.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a orientação educacional ganhou ainda mais importância, principalmente devido ao aumento da necessidade de formação profissional rápida e eficiente para suprir as demandas do esforço de guerra. O período pós-guerra viu uma institucionalização da orientação nas escolas, com a criação de cursos universitários especializados na formação de orientadores educacionais e vocacionais.

Nas décadas seguintes, a orientação educacional evoluiu para além da simples orientação vocacional, passando a incluir aspectos psicossociais, desenvolvimento pessoal e a adaptação dos alunos ao ambiente escolar. Nos anos 1960 e 1970, influências de teorias psicológicas, como as de Carl Rogers e Abraham Maslow, enfatizaram a importância de considerar o bem-estar emocional e o desenvolvimento integral dos estudantes. A orientação passou a ser vista como um processo contínuo e multifacetado, integrando aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

No Brasil, a orientação educacional surgiu em 1924 com o objetivo de orientar os estudantes em suas escolhas profissionais. A primeira lei que institui a prática desse

profissional, foi a Lei Orgânica do Ensino Industrial – 4073/42, que, dentre outros pontos, destacou “os orientadores educacionais farão parte dos corpos docentes, sendo a sua formação, e os seus estudos de aperfeiçoamento ou especialização, feitos em cursos apropriados” (Brasil, 1942, p. 13).

O decreto 72846/73, regulamenta a lei 5564/68, que provê sobre o exercício da profissão do orientador educacional e constitui como objeto da orientação a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, na Educação Básica.

A antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 5692/71, no artigo 10, previa a obrigatoriedade do orientador educacional nas escolas, “será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade” (Brasil, 1971, p.3).

Até o início dos anos 2000, o orientador educacional se formava com habilitação no curso de Pedagogia e uma das exigências era o estágio supervisionado nas escolas. Com Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, esse profissional passou a se formar por meio de curso de pós-graduação, *Latu Sensu*. Qualquer pessoa que tenha um curso superior pode se tornar orientador educacional. Diante dessa nova realidade, observou-se o início do sucateamento da profissão: cursos de curta duração, sem a prática de estágio supervisionado e, muitas vezes, sem o entendimento da prática pedagógica.

Associado a isso, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96, não garante mais esse profissional nas escolas. Muitas regiões do Brasil não contam com esses especialistas, o que favorece para as dificuldades que as escolas relatam no que diz respeito ao acompanhamento escolar das crianças e adolescentes.

Grinspun (2015) defende que a trajetória da orientação educacional no Brasil, partiu de uma orientação voltada para a individualização até chegar em uma orientação coletiva e participativa. A autora apresenta os períodos da orientação, sendo eles: Período implementador (1920 a 1941), o início do trabalho no Brasil, com foco na orientação profissional; Período institucional (1942 a 1960), onde ocorre a exigência legal da orientação nas escolas; Período transformador (1961 a 1970), apresenta um modelo educativo, preventivo; Período disciplinar (1971 a 1980), o trabalho estava voltado para o aconselhamento vocacional e no currículo escolar; Período questionador (década de 80), questionamento da formação e prática do orientador educacional; por fim o Período

Orientador (a partir de 1990), onde se consolidava o trabalho do orientador educacional. Foi nesse momento que ocorreu a extinção da Federação Nacional de Orientação Educacional (FENOE), órgão de grande representatividade para esses profissionais.

As atribuições do Orientador educacional descritas no Decreto 72846/73 sofreram adaptações ao longo desses anos, conforme as demandas exigidas para o especialista no novo milênio. A pandemia também contribuiu de forma significativa para a maior visibilidade e valorização desses profissionais da educação.

Além disso, a globalização e a rápida mudança no mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX e início do XXI trouxeram novos desafios e oportunidades para a orientação educacional. A ênfase passou a ser não só na escolha inicial da carreira, mas também na capacidade dos indivíduos de se adaptar a mudanças e continuar aprendendo ao longo da vida. A introdução da tecnologia nas práticas de orientação, marcou um novo estágio na evolução da orientação educacional.

A orientação educacional, desde suas origens no início do século XX até os dias atuais, evoluiu de um enfoque limitado na orientação vocacional para uma abordagem holística que abrange aspectos acadêmicos, emocionais e sociais do desenvolvimento dos estudantes. Este processo reflete as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas ao longo do tempo, e continua a se adaptar às novas demandas de uma sociedade globalizada e em constante transformação, por isso a necessidade do profissional se manter atualizado.

2.2 A Importância da Formação Continuada para o Orientador Educacional

O papel do orientador educacional, ao longo dos anos, tem se tornado cada vez mais complexo e multifacetado, exigindo habilidades que vão além do conhecimento pedagógico tradicional. Este profissional é responsável por acompanhar os estudantes em seu desenvolvimento acadêmico, pessoal e social, ajudando-os a se adaptarem nas transições da vida escolar e a fazer escolhas informadas para o futuro. Diante dessa multiplicidade de funções, a formação inicial, por mais abrangente que seja, muitas vezes não é suficiente para preparar o orientador educacional para todos os desafios que encontrará ao longo de sua carreira.

A formação continuada se destaca como um elemento crucial para o aprimoramento das competências dos orientadores educacionais. Em um cenário educacional em constante

transformação, marcado por inovações tecnológicas, mudanças nas políticas educacionais e novas demandas sociais, é essencial que esses profissionais estejam atualizados e preparados para enfrentar as novas realidades.

Essa ação proporciona aos orientadores a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas, como acompanhamento educacional, gestão de conflitos, inclusão educacional e desenvolvimento de carreira. Além disso, oferece um espaço para a reflexão crítica sobre suas práticas, permitindo a identificação de áreas que necessitam de aprimoramento e a aplicação de novas estratégias pedagógicas.

Os benefícios da formação continuada para o orientador educacional são amplos e impactam diretamente na qualidade do serviço oferecido aos alunos. Primeiramente, ela contribui para o desenvolvimento profissional, ajudando o orientador a adquirir novas competências e a manter-se atualizado com as melhores práticas em orientação educacional. Em segundo lugar, a formação continuada reforça a capacidade do orientador de atuar de forma ética e eficaz em situações complexas, como conflitos entre estudantes, questões de saúde mental, e orientação profissional em um mundo de trabalho em constante mudança.

Além disso, a formação continuada promove a autoconfiança do orientador, aumentando a sua capacidade de influenciar positivamente o desenvolvimento dos estudantes. Isso não apenas melhora a qualidade do atendimento prestado, mas também contribui para o bem-estar do próprio profissional, que se sente mais preparado e realizado em sua função.

Embora a importância da formação continuada seja amplamente reconhecida, ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir que todos os orientadores educacionais tenham acesso a essas oportunidades. Fatores como a disponibilidade de tempo, recursos financeiros e apoio institucional podem limitar a participação em programas de formação continuada. Portanto, é essencial que as políticas educacionais e as instituições de ensino criem condições favoráveis para que os orientadores possam se engajar continuamente em processos de aperfeiçoamento profissional.

Adorno (1995) apresenta que a crise do processo formativo e educacional é uma conclusão inevitável da dinâmica atual do processo produtivo; dessa forma a dissolução da formação como experiência formativa se encontra no formato da dominação existente.

A perspectiva futura aponta para a necessidade de integrar a formação continuada no cotidiano dos orientadores educacionais, promovendo uma cultura de aprendizagem ao

longo da vida. Isso pode ser facilitado pelo uso de tecnologias digitais, que permitem a flexibilização dos processos formativos e a criação de comunidades de prática onde os orientadores possam compartilhar experiências e conhecimentos.

A formação continuada é essencial para que os orientadores educacionais possam desempenhar suas funções com excelência, respondendo às demandas de um ambiente educacional em constante mudança. Ao investir em seu desenvolvimento profissional contínuo, os orientadores estão mais bem preparados para apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

Mészáros (2005) deixa claro que o papel da educação é soberano, tanto na elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas da reprodução, como para a mudança consciente do próprio indivíduo, por meio de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.

De acordo com o documento de Orientação Pedagógica da Orientação Educacional, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2019), as ações do profissional da área se aproximaram da Educação Integral e dos Direitos Humanos, desafiando uma prática cada vez mais comprometida com a diversidade, convivência escolar, educação para o mundo do trabalho e a aprendizagem.

Saviani (1980) reconhece que a orientação educacional é uma especialidade no campo educacional, dessa forma, tem a finalidade educativa, sem perder de vista que a educação é um ato político. Sendo assim, faz-se necessário que esse profissional tome consciência dos condicionantes objetivos de sua ação.

Ao longo desses cinquenta e seis anos da lei que institui a profissão do orientador educacional, a sociedade passou por diversas transformações, dessa forma é de fundamental importância a formação continuada desse especialista nas escolas e a discussão sobre políticas públicas que possibilitem essa ação.

3 METODOLOGIA

A investigação teve como abordagem a pesquisa qualitativa, com estudo exploratório e descritivo. O percurso metodológico ocorreu por meio de aplicação de questionário com termo

de consentimento e roteiro estruturado, contendo 7 perguntas objetivas e 5 discursivas, envolvendo os temas: formação inicial e continuada, tempo e nível de atuação e os desafios que são observados no que diz respeito à formação continuada. A composição das informações junto aos participantes da pesquisa ocorreu de forma remota, por meio do *Google Forms*.

A partir da análise das entrevistas semiestruturadas foi possível constatar que a amostra foi de sessenta e quatro orientadores que atuam em diversas regiões do país, sendo: 29 da região Centro-oeste; 25 da região Sul; 9 da região Sudeste; 1 da região Norte; nenhum da região Nordeste. A faixa etária dos participantes variou de 36 a 59 anos e mais da metade dos participantes atua há mais de 15 anos na orientação educacional. A maior parte dos orientadores trabalha na rede pública (60) e 4 atuam na rede privada de ensino. No que diz respeito à formação acadêmica dos pesquisados: 3 possuem graduação, 47 possuem especialização, 12 mestrado e 2 possuem doutorado.

A formação inicial para atuação na área de orientação educacional foi de 60,9% na graduação e 39,1% em especialização. Como já citado, o curso de Pedagogia formava o Pedagogo em diversas habilitações, uma delas a Orientação Educacional. A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, excluiu a formação em habilitações, dessa forma os orientadores passaram a se formar no nível de especialização.

A mudança da formação em orientação educacional do nível de graduação para o nível de especialização trouxe alguns prejuízos para a formação: acesso restrito, desvalorização da profissão, redução do conhecimento específico, impacto na prática profissional, falta de estágio supervisionado. Isso pode limitar o acesso de futuros profissionais, uma vez que exige que os interessados completem uma graduação antes de se especializarem. Também pode reduzir o número de orientadores educacionais qualificados disponíveis no mercado.

Quando a orientação educacional é relegada a um segundo plano, sendo oferecida apenas como especialização, pode ocorrer uma desvalorização da área, pois ela deixa de ser vista como uma formação principal e passa a ser uma qualificação complementar.

Além disso, um curso de graduação permite uma formação mais ampla e aprofundada em orientação educacional, cobrindo uma gama maior de conhecimentos e competências, preparando o profissional de forma mais integrada com o contexto educacional, proporcionando um desenvolvimento contínuo ao longo de vários anos. Na especialização, o tempo é mais limitado, o que pode resultar em uma formação menos abrangente, ainda mais se ocorre de

forma remota, além de ser mais concentrada, sem oferecer a mesma profundidade na compreensão dos desafios e necessidades da orientação educacional.

Profissionais formados em uma graduação específica em orientação educacional tendem a ter uma inserção mais direta e imediata no ambiente escolar. Em resumo, a formação em nível de especialização pode não proporcionar a mesma profundidade e amplitude que uma formação específica em orientação educacional desde a graduação, o que pode impactar a qualidade da prática profissional e a valorização da área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados preliminares da pesquisa indicam que os participantes reconhecem a importância da formação continuada para a melhoria da sua prática pedagógica, mas apontam que isso está atrelado a alguns desafios: tempo, custo, curso voltado para a atuação dos orientadores educacionais.

A análise dos dados evidenciou que os desafios são muitos e há a necessidade de políticas públicas eficazes para a formação continuada em seus múltiplos aspectos, por meio de novas práticas metodológicas e tecnológicas, além de maior investimento na formação desses profissionais tanto na rede pública de ensino, como na rede privada.

No que diz respeito aos cursos realizados pelos participantes para melhorar sua prática na orientação educacional, revela uma diversidade significativa de formações e áreas de conhecimento que esses profissionais têm buscado.

Em primeiro lugar, destaca-se a ênfase em cursos relacionados à psicopedagogia (16 menções), o que sugere que muitos orientadores educacionais estão priorizando o desenvolvimento de competências voltadas para a compreensão dos processos de aprendizagem e das dificuldades que podem surgir nesse contexto. Isso é coerente com a crescente demanda por profissionais capazes de atuar em ambientes escolares inclusivos, onde a identificação e o suporte às necessidades educacionais especiais são fundamentais.

Outra área bastante mencionada foi a mediação de conflitos (11 menções), refletindo a necessidade crescente de lidar com conflitos no ambiente escolar de maneira construtiva. A presença desses cursos na formação dos orientadores indica uma busca por estratégias que não apenas resolvam conflitos, mas que também promovam a cultura da paz e melhorem o clima escolar, o que é essencial para um ambiente de aprendizagem saudável.

A participação em cursos de inclusão (10 menções) e formações relacionadas à sexualidade e gênero (6 menções) também é notável. Esses dados mostram que os orientadores educacionais estão preocupados em compreender e atuar sobre questões de diversidade, algo que é cada vez mais relevante nas escolas. A formação em inclusão se alinha com a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender alunos com diferentes necessidades, enquanto os cursos sobre sexualidade e gênero refletem um compromisso com a criação de ambientes educacionais que respeitem e valorizem a diversidade.

Os cursos voltados para neurociências (incluindo neuropedagogia, neuropsicopedagogia e neuroaprendizagem) também aparecem de forma significativa, embora com menor frequência (7 menções no total). Isso indica um interesse emergente na aplicação dos conhecimentos sobre o funcionamento do cérebro no contexto educacional, visando aprimorar as estratégias de ensino e aprendizagem.

Por outro lado, a baixa frequência de menções a cursos diretamente relacionados à gestão educacional e à docência no ensino superior (apenas 1 menção cada) pode sugerir que, embora esses temas sejam importantes, eles não são vistos como prioritários pelos orientadores educacionais no atual contexto de atuação. Isso pode estar relacionado ao foco mais imediato nas práticas que impactam diretamente o ambiente escolar e o cotidiano dos alunos.

O fato de vários profissionais terem relatado a realização de "múltiplos cursos" sem especificar áreas específicas também reflete a abrangência e a necessidade de uma formação ampla para lidar com as diversas demandas do ambiente escolar. A busca por formações diversas pode ser interpretada como uma tentativa de construir um repertório abrangente que permita lidar com a complexidade das questões presentes no dia a dia da escola. Por fim, é relevante destacar a presença de cursos de pós-graduação, que aparecem em várias respostas, demonstrando que muitos orientadores estão investindo em formações mais longas e aprofundadas. A realização de especializações, mestrados e até doutorados na área de orientação educacional e afins reforça a ideia de que esses profissionais estão buscando se qualificar continuamente para melhor atender às necessidades dos alunos e das escolas.

Os dados coletados sobre as principais ações desenvolvidas pelos orientadores educacionais revelam um papel multifacetado e essencial dentro do ambiente escolar, abrangendo diversas dimensões que vão desde o apoio individualizado até a articulação com a comunidade e a rede de apoio.

A orientação educacional desempenha um papel crucial no acompanhamento e atendimento de alunos, pais e professores. Os orientadores estão frequentemente envolvidos em atendimentos individuais e coletivos, fornecendo suporte emocional e acadêmico para os estudantes e mediando conflitos que surgem no cotidiano escolar. Além disso, há um foco significativo no acompanhamento dos alunos de inclusão e na busca ativa daqueles que apresentam infrequência escolar, demonstrando uma preocupação com a permanência e sucesso dos alunos no ambiente escolar.

A participação ativa em conselhos de classe, reuniões de pais e professores, bem como no planejamento de ações escolares, destaca a importância da integração do orientador educacional nas decisões estratégicas da escola. A contribuição para a formulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a colaboração com a equipe diretiva reforçam o papel do orientador como um agente de desenvolvimento institucional, sempre visando à melhoria da qualidade educacional e à promoção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Os orientadores educacionais estão à frente de diversos projetos que visam o desenvolvimento socioemocional e a promoção de uma cultura de paz e bem-estar na escola. Projetos focados em habilidades socioemocionais, prevenção ao *bullying*, educação ambiental, valorização da vida, e autocuidado são fundamentais para a formação integral dos estudantes. A implementação de programas como a mediação de conflitos e a justiça restaurativa evidencia uma abordagem preventiva e reparadora, buscando construir um ambiente escolar harmonioso e respeitoso.

Outra ação mencionada foi a colaboração com serviços externos e a rede de apoio, por meio de encaminhamentos especializados e a participação em reuniões de rede, como as organizadas pela Associação dos Orientadores Educacionais do RS (AOERGS), demonstram um compromisso com a garantia dos direitos dos estudantes e com o acesso a recursos complementares necessários para seu desenvolvimento integral.

O envolvimento em formações continuadas, seja na escola ou através de cursos oferecidos por mantenedoras e outras instituições, destaca o compromisso dos orientadores educacionais com a atualização constante e a melhoria de sua prática profissional. Esse investimento em formação reflete diretamente na qualidade das intervenções e no suporte oferecido aos estudantes, professores e famílias.

Os orientadores educacionais enfrentam o desafio de lidar com demandas emergentes como a prevenção ao abuso sexual, violência doméstica e questões de saúde mental. A

necessidade de abordar essas questões de maneira sensível e eficaz exige uma preparação contínua e uma capacidade de resposta rápida e adequada às necessidades dos estudantes e suas famílias.

Os dados refletem a complexidade e a amplitude das funções desempenhadas pelos orientadores educacionais, que vão além do simples aconselhamento, englobando uma série de ações estratégicas e interventivas que visam garantir o desenvolvimento pleno dos estudantes e a manutenção de um ambiente escolar saudável e produtivo. A pluralidade de ações desenvolvidas evidencia a importância de uma abordagem integrada e colaborativa, onde o orientador educacional atua como um agente integrador fundamental entre a escola, os estudantes, as famílias e a comunidade.

Em resumo, os dados indicam que os orientadores educacionais se preparam para lidar com uma ampla gama de questões, desde a gestão de conflitos e inclusão. Essa diversificação nas formações reflete a complexidade e as exigências da prática educacional contemporânea, onde o orientador precisa ser um profissional versátil, preparado para atuar em várias frentes.

Quanto aos desafios apresentados pelos orientadores educacionais no que diz respeito à formação continuada podem ser considerados complexos e interconectados, que vão desde a oferta de cursos até a valorização do profissional.

O primeiro ponto apresentado diz respeito à digitalização da aprendizagem que exige dos orientadores educacionais a adaptação com as novas ferramentas e plataformas. No entanto, muitos profissionais enfrentam dificuldades com a falta de treinamento adequado e com o desafio de integrar essas tecnologias ao desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos.

As competências socioemocionais e éticas são fundamentais para o trabalho do orientador, que precisa ajudar os alunos a desenvolverem habilidades como empatia, resiliência e autoconfiança. No entanto, a formação continuada frequentemente não aborda essas competências de maneira prática e aplicável, deixando os profissionais sem as ferramentas necessárias para promover o autoconhecimento e o equilíbrio emocional tanto para si quanto para os alunos.

Outro ponto destacado diz respeito à falta de disciplinas específicas e a ausência de uma parte prática robusta nos cursos de formação e graduação. A formação teórica muitas vezes não corresponde às realidades práticas do trabalho diário, gerando uma desconexão que desmotiva e desvaloriza o orientador. Além disso, há um sentimento de desvalorização por parte das

gestões escolares e do poder público, que muitas vezes não reconhecem a importância do papel do orientador educacional, resultando em um descaso quanto ao trabalho desse profissional.

Também foi apontado o equilíbrio entre as exigências do trabalho e as necessidades de formação continuada. A oferta de cursos à distância, embora útil para profissionais que enfrentam dificuldades de deslocamento, muitas vezes não supre a necessidade de uma formação prática e interativa. Além disso, a carga de trabalho excessiva e a falta de tempo para estudo limitam ainda mais a eficácia dessas formações.

Também foi mencionada a confusão de muitas escolas sobre o papel do orientador educacional com o de inspetor de alunos, ou com funções de supervisão e coordenação, o que compromete a identidade profissional do orientador. Essa confusão é reflexo da falta de discussões acadêmicas aprofundadas sobre a orientação educacional e da ausência de uma formação específica que diferencie claramente o papel desse profissional.

Além disso, alguns participantes citaram a falta de apoio das direções escolares e a ausência de ambientes apropriados para o trabalho do orientador educacional que dificultam a implementação de uma prática eficaz. O número elevado de alunos sob a responsabilidade de um único orientador também sobrecarrega o profissional, limitando sua capacidade de atuar de forma personalizada e efetiva.

Para superar esses desafios, é necessário um maior investimento na formação continuada dos orientadores educacionais, com foco em áreas como Educação e Direitos Humanos, e em temas como autocuidado. Além disso, é crucial ampliar a rede de apoio, tanto entre os profissionais quanto entre as instituições, para que haja uma troca constante de experiências e conhecimentos.

É importante se pensar na escassez de ofertas de especialização na área de orientação educacional e a dificuldade de trabalhar com a inclusão nas escolas, especialmente diante de um número crescente de dificuldades de aprendizagem, destacam a urgência de uma formação mais abrangente e específica. Esses desafios exigem uma abordagem multidimensional que inclua reformas na formação inicial e continuada, maior reconhecimento e apoio institucional, e uma valorização real do papel do orientador educacional na promoção do desenvolvimento humano integral nas escolas.

Diante do exposto pode-se afirmar que a contribuição desse estudo é de grande relevância para as discussões sobre formação inicial e continuada dos orientadores, bem como se pensar em temáticas que possam auxiliar na formação desses profissionais, por meio de uma

política de valorização e investimento, além da possibilidade da realização de mais pesquisas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do orientador educacional emerge como um pilar fundamental para o sucesso das práticas educativas, considerando a complexidade e a responsabilidade inerentes a essa função. Ao longo deste artigo, foi possível evidenciar que a formação inicial sólida, aliada a um compromisso contínuo com o aperfeiçoamento profissional, é essencial para que esses profissionais possam responder eficazmente às demandas e desafios contemporâneos da educação.

Esse processo não deve ser visto apenas como um requisito formal, mas como uma estratégia para garantir uma educação de qualidade, capaz de atender às necessidades diversificadas dos estudantes. Permite que os orientadores desenvolvam um conjunto de competências técnicas e emocionais, que os capacitam a lidar com questões complexas, como a gestão de conflitos, a orientação profissional, e o apoio ao desenvolvimento psicossocial dos alunos.

Além disso, a formação continuada do orientador educacional promove uma cultura de reflexão crítica e inovação, indispensável em um contexto educacional marcado por mudanças constantes. A formação contínua não apenas atualiza o conhecimento técnico, mas também fortalece a capacidade do orientador de atuar de forma ética e empática, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Em suma, a valorização e o investimento na formação desse profissional são fundamentais para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, equitativos e capazes de promover o pleno desenvolvimento dos estudantes. Para que isso se concretize, é necessário que as instituições educacionais e os formuladores de políticas públicas reconheçam a importância dessa formação e criem condições favoráveis para que ela se desenvolva de maneira efetiva e acessível.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968**. Provê sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973**. Regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm . Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em: 27 ago. 2024.

DISTRITO FEDERAL (Unidade Federativa). Secretaria de estado de educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica da Orientação Educacional**. Brasília, DF: SEEDF, 2019.

GRINSPUN, Mirian Paura S. Zippin (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Editora Autores Associados, 1980.